CALDAS BORGES, SIMONE ROSA DE SOUSA, FRANK LAURO DE SOUSA LUZ DA SILVEIRA, VALDEMIR MENEZES DA COSTA, RUBENITA SANTOS DE SOUSA, MARIVALDO DE SUBLA RENTE LA CALULUT CALULUT PRINTED SOUSA MARIVALDO DE DESAS REMEDIOS, MARIUS DE SOUSA MARIVA FRANCA DOS REMEDIOS, WALLACE CRISTEPHESON DA SILVA LEAL, ADNILSON MARIUS SIQUEIRA DA SILVA, ADIELSON DA SILVA PANTOJA, RENALDO DE JESUS MIRANDO NALENTE, MARIA RAMIMINDA DA SILVA PANTOJA, ROBERTO NUNES NASCIMENTO, ROSECLEIDE MONTEIRO, DALVINO VIEGAS SANTOS, DIOGENES SANTA BRIGIADO GUEDES ALA CRUZ, CHUE DE ROSUSA BENTES, VANDA EBILIJA MEDICA DE COSTA CORDEIRO, ED ROSUSA BENTES, VANDA EBILIJA MEDICA DE MEDICA DE MONTEIRO, DALVINO VIEGAS SANTOS, DIOGENES SANTOS DE MELO, ANDREIA BASTISTA DE JESUS, ARNALDO DA SILVA MESCOUTO, AURENILDE COSTA CORDEIRO, ED MA DE LA MENTILA DE JESUS, ARNALDO DA SILVA MESCOUTO, AURENILDE COSTA CORDEIRO, ED MA DE LA MENTILA DE JESUS, ARNALDO DA SILVA MESCOUTO, AURENILDE COSTA CORDEIRO, ED MA DE LA MENTILA DE JESUS, ARNALDO GONCALVES, ROSIANE ALVES PEREIRA, JUCIE SOUSA BENTES, LOURENÇO CARDOSO SILVA, MARIA JULIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, JACKSON MEMANDO CHAGAS COSTÁ, RAMINDO NONATO DA SILVA FRACA, DETERES FIRRER RACORO JUNIAR. EL CARDOSO SILVA, MARIA JULIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, OLIVEIRA DA SILVA MARIA DO SOCORPO CARDOSO DOS SANTOS, NORMA SULEY ASSUNÇÃO RODRIGUES, ROSILEME BAS SUDE OLIVEIRA, SHELLA CRISTINA TAVARES DE BARROS, ELIZA DA CONCEIÇÃO CARDOSO CONDETRO, MICHUL FARIAS COUTINHO, PAULO LINIS DAX REIS, GLEIDOSON DE OLIVEIRA, SHELLA CRISTINA TAVARES DE BARROS, ELIZA DA CONCEIÇÃO CARDOSO CORDETRO, MICHUL FARIAS COUTINHO, PAULO LINIS DAX REIS, GLEIDOSON DE OLIVEIRA, SHELLA CRISTINA DAX REITAS, GLEIDOSON DE OLIVEIRA, SHELLA CRISTINA FARIAS TELXEIRA, GISELE DOS SANTOS MUNCHAS PAULO DE LA MORTA DE LA MENTA II – Negar registro do contrato de Glenda dos Santos

de Santana Brito, por ferir o art. 37, inciso XVI, alíneas b, da Constituição Federal de 1988, em virtude de acumulação de cargo na Administração Pública. ACÓRDÃO N°. 53.389 Processos n°s 2013/51068-4 e 2012/50555-4

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Auditor JULIVAL SILVA ROCHA <u>lheiro Formalizador da Decisão</u>: LUIS DA CUNHA

(art. 191, § 3°. do Regimento Interno) Processo n° 2013/51068-4: Aposentadoria de NEUSALINDA BARROS DE SENA, no cargo de Agente de Portaria, lotada na Secretaria de Estado de Educação, PORTARIA N°. RET AP n°.

Secretaria de Estado de Educação, PORTARIA Nº. RET AP nº. 594 de 31/01/2014.
Processo nº 2012/50555-4: Reforma do Cabo PM ANDERSON DOS REMEDIOS SANTOS, pertencente ao efetivo do 20°. BPM Belém, PORTARIA Nº. 2164 de 26.08.2013.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos das propostas de decisões do Exmº Sr. Auditor, com fundamento no art. 34, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, registrar os atos.

ACÓRDÃO Nº. 53.390

Processo nº. 2010/52424-1

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Auditor Dr. ODILON INÁCIO

Proposta de Decisão: Auditor Dr. ODILON INÁCIO TEIXEIRA

TEIXEIRA

Conselheiro Formalizador da Decisão: NELSON LUIZ
TEIXEIRA CHAVES (§ 3º do art. 191 do Regimento)

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de
Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos
da Proposta de Decisão do Exm. Sr. Auditor, com
fundamento no art. 34, inciso II, da Lei Complementar
nº 81, de 26 de abril de 2012, registrar a Portaria RET RE
nº 2617, de 25/09/2013, que trata da Reforma do Cabo
PM JOSÉ IVO SILVA OLIVEIRA, pertencente ao efetivo do
CCS/OCG/Belém. CCS/QCG/Belém.

ACÓRDÃO Nº. 53.391

Processo n°. 2007/51062-4 <u>Requerente</u>: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. <u>Proposta de Decisão</u>: Auditor JULIVAL SILVA ROCHA

Proposta de Decisão: Auditor JULIVAL SILVA ROCHA Conselheiro Formalizador da Decisão: IVAN BARBOSA DA CUNHA (art.191, § 3°, do Regimento Interno) Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Exmo. Sr. Auditor, com fundamento no art. 34, inciso II da Lei Complementar n° 81, de 26 de abril de 2012 registrar a Portaria PS n° 351, de 16.02.2009, que trata da Pensão em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA DE OLIVEIRA, dependente do exsegurado Raimundo Ramos de Oliveira, devendo ressalvar os efeitos jurídico e financeiro compreendido entre a efeitos jurídico e financeiro compreendido entre a da da concessão do beneficio e da cessação do seu pagamento.

ACÓRDÃO Nº. 53.392

Processo n°. 2007/54422-9
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

<u>Proposta de Decisão</u>: Auditor JULIVAL SILVA ROCHA Proposta de Decisão: Auditor JULIVAL SILVA ROCHA Conselheiro Formalizador da Decisão: LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (art. 191, § 3°. do Regimento Interno) Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Exm° Sr. Auditor, com fundamento no art. 34, inciso II, da Lei Complementar n° 81, de 26 de abril de 2012, registrar a Portaria n° 0375 de 16.02.2006, que trata da Pensão Civil em favor de MARIA NORMÉLIA DA ROCHA LOPES, dependente do exsegurado WASHINGTON LUIS BARBOSA LOPES.

ACÓRDÃO Nº. 53.393

ACORDAO Nº. 53.393
Processo nº. 2009/52198-2
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 34, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, registrar as Portarias nº 0094 de 11/01/2002 e 255 de 18/03/2003, que tratam da Pensão Civil em favor de JOSEANE COSTA DA SILVA e inclusão de AJAXSE JONES COSTA DA SILVA, respectivamente, dependentes do ex-segurado Antonio Salles da Silva.

TEIXEIRA
Conselheiro Formalizador da Decisão: ANDRÉ TEIXEIRA
DIAS, (art. 191, § 3°. Do Regimento Interno)
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas
do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto
do Exm°. Sr. Auditor, com fundamento no art. 34, inciso
II, da Lei Complementar n°. 81 de 26 de abril de 2012,
registrar a Portaria n°. 0900, de 30.09.2002, que trata
da Pensão Civil em favor de ROMEL VICENTE GRANGENSE
DA SILVA filho inválido da ex-segurada Risoleta DA SILVA, filho inválido da ex-segurada Risoleta Grangense da Silva.

ACÓRDÃO Nº. 53.395

Processo n°. 2013/51233-0

ASSUNTO: Prestação de Contas da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARÁ, referente ao

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARÁ, referente ao exercício financeiro de 2012.

Responsável: Sr. WALTER VIEIRA DA SILVA – Presidente.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, contra o voto do Exm° Sr. Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso I e art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas no valor de R\$ 11.856.625,07 (onze milhões oitocentos e cinqüenta e seis mil seiscentos e milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sete centavos) e dar quitação ao responsável

vinte e cinco reais e sete centavos) e dai quitação ao responsável.

RESOLUÇÃO Nº. 18.592

Processo nº. 2009/51367-8

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o parecer do Departamento de Controle Externo, o qual opina pelo arquivamento dos presentes autos dada a inexecução do convênio, ratificado pelo Conselheiro Relator;

Considerando a manifestação da Presidência constante da Ata nº. 5.230, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

AUTORIZAR o arquivamento do Processo de Prestação de Contas nº 2009/51367-8 relativo ao convênio nº 067/2007 firmado pela SEPOF com a Prefeitura do Município de Rio Maria, tendo em vista as informações prestadas pelo Departamento de Controle Externo de que houve a rescisão do convênio e inexecução do seu objeto, constatando-se, ainda, que a documentação contida nos autos se refere outro convênio, enviada por equívoco a esta Corte de Contas. esta Corte de Contas.

RESOLUÇÃO Nº 18.593

Processo nº 2007/53914-9

Processo nº 2007/53914-9
<u>Assunto</u>: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 203/2000
e Termos Aditivos, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS e a SESPA.
<u>Responsáveis</u>: Sr. OSMAR RIBEIRO DA SILVA – Prefeito à

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

<u>Decisão</u>: RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Contas do Estado do Para, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 179, §§ 3º e 4º, inciso II, do Ato 63, de 17 de dezembro de 2012, determinar a reabertura da instrução processual, a fim de que o Departamento de Controle Externo e o Ministério Público de Contas, manifestemse sobre a documentação ora apresentada, no prazo regimental regimental.

SESSÃO DE 05.06.2014

SESSÃO DE 05.06.2014

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 712869

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 05 de junho de 2014, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 53.396

Processo nº. 2007/51001-2

ASSUNTO: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 108/2006, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI e a SESPA.

Responsável: Sr. JAIME DA SILVA BARBOSA – Prefeito à época.
Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará. unanimemente. nos termos do voto

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso I c/c o art. 83, inciso VIII da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas no valor de R\$-100.000,00 (cem mil reais) e aplicar ao Sr. JAIME DA SILVA BARBOSA – Prefeito à época, CPF nº 055.766.872-72, multa no valor de R\$-719,52 (setecentos e dezenove reais e cinqüenta e dois centavos), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3° da Constituição

ACÓRDÃO Nº. 53.397

ACÓRDÃO Nº. 53.397

Processo nº. 2009/52106-4

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 108/2008 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE e a SEDUC.

Responsáveis: Srs. JORGE LUIS DOS SANTOS BRAGA e JARDEL VASCONCELOS CARMO, Prefeitos à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará Lunanimemente, nos termos do voto.

do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea b, c e d, c/c o art. 62, e 83, incisos II e VIII da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012. abril de 2012:

abril de 2012: I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JORGE LUIS DOS SANTOS BRAGA, Prefeito à época, C.P.F. n°. 252.427.332-68, ao pagamento da importância de R\$149.363,11 (Cento e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e onze centavos), devidamente atualizada a partir de 22.10.2008 e aplicar-lhe a multa